

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

RELAÇÕES DE GÊNERO, EXPERIÊNCIAS FEMININAS E ATIVISMO: A TRAJETÓRIA DA ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NO MST

Lerrannya Lasmar Teixeira
Mestranda, PPGHIS-UFOP
lerrannya.teixeira@aluno.ufop.edu.br

Resumo: Este trabalho propõe a discussão e apresentação de resultados parciais de uma pesquisa de mestrado que tem como objeto as relações de gênero e suas implicações nos papéis sociais e políticos de mulheres trabalhadoras rurais que atuam no Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Para construir nossa análise, usaremos o aporte teórico que elaborou gênero como uma categoria de análise para os estudos históricos. Partimos da premissa de que o gênero estrutura a percepção e a organização simbólica de toda a vida social e, a medida que essas relações estabelecem distribuições de poder, o gênero se torna um agente condicionante para a atuação social e política das mulheres. O MST, enquanto movimento social composto por homens e mulheres, não se viu livre da reprodução dos valores conservadores, nem dos preconceitos presentes de forma geral na sociedade; durante um grande período se privilegiou a participação masculina, levando as mulheres estabelecerem uma organização para reivindicar uma maior participação e lutar pelos seus direitos. Em um primeiro momento propomos uma discussão bibliográfica sobre o conceito de gênero e a condição da mulher camponesa. A análise da organização feminina e da compreensão do termo "gênero" no interior do movimento, será a partir de materiais de cunho pedagógico desenvolvidos pelos setores de formação e outros documentos produzidos pelo Movimento, como boletins, notas e demais publicações. Resultados parciais apontam a emergência da luta das mulheres que se concretiza por meio da evolução da organização feminina no interior do movimento, seguido das publicações que abordam questões de gênero, almejando, além da luta pela terra, maior participação em movimentações políticas e o combate à violência sexista, que tenciona também as relações sociais nos Assentamentos.

Palavras-chave: Gênero; MST; Movimento Social; feminismo.

Introdução: Gênero, relações de poder e movimento social

Entendemos por gênero a constituição de uma categoria de análise histórica que leva em conta a noção relacional da construção dos papéis sociais de feminilidade e masculinidade, a partir do pensamento apresentado por Joan Scott (1989; 1992). De acordo com a definição proposta pela autora, o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, nas quais a forma e codificação generificada de símbolos culturais e sistemas significativos é absorvida e naturalizada nas sociedades (SCOTT, 1989)¹. A medida que a construção da linguagem e dos significados são condicionados

¹ A noção de que a sexualidade é construída nas relações sociais, apresentada por Scott é presente em outros estudos que ofereceram contribuições para a autora ou a endossam. Dos estudos clássicos se destaca o trabalho de Bourdieu, que já

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

pela absorção de signos culturalmente disponíveis por e para os indivíduos, a partir da vivência em sociedade (GEERTZ, 1989) cria-se uma estrutura de reprodução histórica que se manifesta em uma noção de fixidade atemporal na diferença e representação binária dos sexos.

Ainda de acordo com Scott (1989), o gênero se constitui em um campo primário onde acontece a articulação e significação do poder. Dessa forma, partimos da premissa que o gênero estrutura a percepção e a organização simbólica de toda a vida social e, à medida que as interações sociais propõe relações de poder, “o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do próprio poder.” (SCOTT, 1989). É fundamental ressaltar que a concepção de poder em que nos pautamos, está relacionada à noção foucaultiana da construção de “campos de força” a nível social, não existindo uma forma unívoca do poder exercido, sendo toda a construção resultante dessas relações o resultado do conflito social, não do consenso (FOUCAULT, 1979)²

É nesse sentido também que Bourdieu entende que a partir da construção social dos corpos e das estruturas reprodutivas social e historicamente estabelecidas em sociedades tradicionalmente patriarcais, a mulher ocupa um lugar estrutural de subordinação ao homem, uma vez que essa diferenciação é traduzida em termos de subordinação feminina (BOURDIEU, 20019).

Apesar de existir a noção de fixidade expressa na reprodução histórica da dominação masculina, esta não deve, porém, ser aceita como uma condição dada, unívoca e estável. Thompson (1981) identifica na experiência adquirida a chave para o processo de transformação social. Ainda que existam símbolos e significações que condicionam a produção da linguagem e do universo significativo nos indivíduos, conforme foi amplamente discutido nas ciências antropológicas e apresentado por Geertz (1989), o autor define o pensamento como condição primária da existência do ser social. A partir dele é possível refletir os acontecimentos de si e do mundo, de forma que a consciência atua de volta ao ser dando origem a uma “experiência modificada”, que é o produto da reflexão sobre a experiência que acontece de forma espontânea. A “experiência modificada” tenciona a consciência social trazendo à tona novas percepções, quando a partir dela, “velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença”

mencionamos, de Michel Foucault e Simone de Beauvoir. Judith Butler também apresentou na construção social do papel da mulher, os impeditivos para constituições de identidades fora da lógica de imposição social generificada. BOURDIEU, Op. Cit. 2009; FOUCAULT, Michel. 2007. BEAUVOIR, 1970. BUTLER, Judith, 2003.

² Segundo Foucault, nas relações de gênero essa definição é condicionada pelo estabelecimento do “dispositivo da sexualidade” com função da disciplinarização dos corpos e construção de um universo significativo que age para garantir a ordem social que estão engendradas nas relações conflitivas do sistema poder-saber. FOUCAULT, 2007.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

(THOMPSON, 1981), proporcionando uma auto reflexão que de sua posição e papel social e a possibilidade de se tornar sujeitos³.

Uma vez que já estão inseridas em movimentos sociais, espaços de reflexão sobre hierarquias e palco de transformações, a partir de sua experiência as mulheres no MST puderam refletir a condição de subordinação no interior do movimento. Castells propõe que “a estrutura opressora de poder une aqueles que transformam o medo em indignação e indignação em esperança de uma sociedade melhor”(HALBWACHS, 1990).

Assim, os sujeitos articulam redes baseadas na solidariedade e na empatia para romper os limites do sistema. Com base no compartilhamento de sentimentos, experiências e memórias em comum, essas redes dão origem a comunidades baseadas em redes de empatia, onde a partir de uma constante negociação entre as individualidades e coletividades internamente, são criadas identidades coletivas⁴.

A identidade encontra nos movimentos sociais grande poder de articulação e transformação. Caracterizados pela vontade de mudança e traduzidos em esforços coletivos para promover uma mudança social (JASPER, 2016), uma vez articulados, os atores criam nesses contextos uma “identidade de resistência”, construindo trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que são presentes nas instituições sociais. Assim, identidade formada em uma lógica de resistência é permeada por uma noção de “contrapoder” exercido pelos atores e que são capazes de desafiar o poder embutido nas instituições sociais, objetivando a reivindicação da representação de seus próprios valores e interesses(CASTELLS, 2017).

As mulheres no MST em geral, participam de um movimento misto e enfrentam a reprodução de opressões e estigmas patriarcais presentes na sociedade. Desta forma, partimos da premissa que as mulheres criam dentro do movimento identidades específicas a partir de suas vivências e atuações,

³ Alain Touraine define o sujeito como o “encontro do indivíduo em si”, a vontade de ser ator e a capacidade de reflexão além da construção social. O autor ainda acrescenta que a mulher carrega uma subjetividade particular que consiste numa resistência a redução à cultura ou à organização social, demarcada pela reivindicação de construir a si mesmas considerando a categoria que sofreu dominação histórica. TOURAINE, Alain. 2007

⁴ Nesse sentido Thompson articula a formação de classe na identificação de experiências em comum e organização de antagonismos coletivos. Ver THOMPSON, Edward Palmer, 1987.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

articulando resistências e negociando com as outras identidades que as compõem, pressionando a criação de debates e políticas que englobam suas questões⁵.

Para concretizar a análise de um movimento de mulheres, é preciso ter em mente que as definições de gênero, assim como as de raça ou classe, não devem ser consideradas de forma isolada, porque estão todas inseridas em um mesmo sistema de relações de poder e opressão (BRAH, 2009). Dessa maneira não existe uma categoria “mulher” geral e unívoca, mas sim uma fluidez que perpassa por outras categorias tais como “mulheres camponesas” ou “mulheres trabalhadoras rurais”, ou ainda “mulheres trabalhadoras rurais em um assentamento do MST”.

No estudo de movimentos sociais, é necessário dar atenção a essa pluralidade que lhes são intrínsecas. É preciso compreender as múltiplas identidades, recursos internos e externos que são mobilizados para a ação coletiva, subjetividades e motivações que levam os atores a se juntarem aos movimentos, onde se negocia a diversidade de valores e interesses em função de objetivo em comum (MELUCCI, 1989).

Feminismo, movimentos sociais no campo e o MST

Nos estudos das relações de gênero em ambientes rurais, sobretudo nos movimentos sociais no campo, é comum entre os pesquisadores da área definirem a existência de um maior conservadorismo nesses espaços, que se mostra como um fator determinante para a atuação das mulheres (HENN, 2013). Discute-se como a tendência conservadora é refletida nas relações sociais e nos movimentos políticos, proporcionando a definição e naturalização de papéis sociais baseados em diferenças sexuais que são concebidos em termos da dominação e controle da mulher (BOURDIEU, 2009).

Em consonância com essa definição, a subordinação dos corpos femininos, presentes em sociedades de tendência conservadoras e patriarcais, impõe uma condição restritiva para a atuação das mulheres aos ambientes privados, subtraindo-as da vida pública e política e lhes restringindo, principalmente, o protagonismo nesses lugares (NEVES, 2013). No campo, a expressão dessa restrição facilitou o contato das mulheres com as instâncias de atuação progressistas da Igreja

⁵ Castells define a identidade como a “fonte de significação da experiência”. Halbwachs nesse sentido propõe que as identidades, individuais e coletivas vivem em constante processo de negociação de forma a gerar uma coerência interior dos indivíduos. CASTELLS, Manuel. Op. Cit. 2018.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Católica, uma vez que as esferas ligadas ao “religioso” são tidas como uma extensão dos espaços privados (AGUIAR, 2016). De acordo com Aguiar (2016), é através das ações das instâncias formativas das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que as mulheres camponesas tiveram contato com a discussão política.

É importante ressaltar, no entanto, que embora essas instâncias da Igreja tivessem marcadamente uma visão progressista de desenvolvimento social e luta por reforma agrária, o “lugar da mulher” foi delimitado e circunscrito em uma forte relação com os dogmas religiosos. Essa relação, juntamente com o conservadorismo presente no campo, provocou um distanciamento das trabalhadoras rurais com o movimento feminista, por suas pautas vistas como radicais e anticristãs (SALVARO et. al. 2019).

Carneiro (1994) pontua que até a década de 1980 a participação feminina em movimentos sociais no campo, se deu através da participação dos marido ou outros familiares do sexo masculino. E, embora não existissem impeditivos legais à vinculação de mulheres aos movimentos sociais e sindicatos rurais, muitas lideranças colocavam impeditivos para a participação feminina .

Durante a década de 80, porém, é inegável a crescente expressão do ativismo femino em movimentos rurais. Parte desse crescimento é atribuído a uma mudança expressiva na inserção da mão-de-obra feminina no campo - um aumento de 132,7%⁶. A jornada de trabalho fora de casa não subtraiu às mulheres o trabalho doméstico atribuído ao sexo feminino, e essa enorme massa de trabalho não reconhecida se tornaria uma das principais pautas específicas para as mulheres camponesas, bem como o direito à terra e à cidadania (NEVES, 2013).

Ainda que sejam inegáveis as contribuições do feminismo na inserção das mulheres na luta e a abordagem crítica das relações de gênero que, gradativamente, foram expandindo-se nos ambientes rurais favorecendo a ampliação da participação feminina no campo, diversos estudos apontam que movimento feminista no Brasil, em grande medida, apresentou uma forte marca urbana e não se mostrou sensível às questões das mulheres em ambientes afastados das cidades(SANTOS, 2019; HIRATA, 2003). Por isso, a atuação das trabalhadoras camponesas se concentrou nos movimentos

⁶ Dados da PNAD para 1982 e do Recenseamento para 1970, citado por H. Saffioti. “Política agrícola no Brasil contemporâneo e suas conseqüências para a força de trabalho feminina” . Boletim Reforma Agrária. Ano 15, nº.3, ago/dez., 1985. Apud. Carneiro 1994.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

rurais; Bordalo pontua que os avanços em suas lutas somente foi atingido por meio do sindicalismo e movimentos sociais específicos do campo (BORDALO, 2011)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra foi criado na região sul do país no ano de 1984, levantando a bandeira da reforma agrária e da luta por justiça social, sob forte influência das CEBs e da CPT (MEDEIROS, 1989), contando, desde sua criação, com expressiva participação feminina. Apesar de se constituir como um movimento social de caráter progressista, o MST não se viu livre da reprodução dos valores conservadores presentes nas instâncias religiosas que o influenciaram, nem dos preconceitos presentes de forma geral na sociedade (GONÇALVES, 20019).

Honório (2005) considera que nos acampamentos, onde não há uma distinção clara entre espaços públicos e privados a situação da mulher foi melhor aceita e valorizada. A situação estava destinada a mudar com a consolidação dos assentamentos onde a hierarquia pautada no gênero voltava a ganhar força com a maior valorização da atuação e do trabalho masculino.

Outro ponto a ser considerado é que movimentos que enfatizam a questão de classe o modelo de participação política privilegiado é associado à ação masculina. Durante muito tempo julgou-se que a questão dos direitos específicos às mulheres dividiam o movimento e colocando em segundo plano a principal luta: a questão de classe.

O discurso da igualdade de gênero é consenso, mas não se discute quão desigual é essa igualdade, na medida em que se cobra das mulheres um comportamento masculino e elas acabam por incorporá-lo, sentindo-se culpadas quando não conseguem segui-lo à risca. Também esses movimentos tendem a criticar os movimentos autônomos de mulheres por considerá-los como radicais e separatistas. (PAULILO, 2004. p.239)

Deste modo, propomos que partindo experiência na luta política no MST, as mulheres perceberam que não conseguiriam avanços em suas questões sem que houvesse mobilização específica para suas demandas, e por isso pressionaram o movimento pela criação de instâncias que promovessem o debate sobre a condição da mulher e da opressão sexista no seu interior (SANTOS, 2019).

É importante destacar que o MST entende o processo de luta através da transformação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em sujeitos políticos por meio de políticas educacionais (CALDAR, 2001). Foi construído um projeto pedagógico de acordo com suas visões de mundo e objetivos políticos, que abarcou o debate de gênero de acordo com o desenvolvimento dessa questão no interior do movimento. Assim, através de Cadernos de Formação e outros materiais educacionais

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

produzidos, a discussão foi sistematicamente construída no interior dos assentamentos (PESSOA, DAL RI, 2017).

Santos (2019) identifica um quadro evolutivo para as instâncias de representação feminina e discussão da questão de gênero no MST passando pelas seguintes fases: Comissão nacional de mulheres (1985), Coletivo nacional de mulheres (1995), Coletivo Nacional de Gênero (1999) e Setor Nacional de Gênero (2003). Que será o assunto da próxima sessão.

Organização feminina em movimento no MST

A primeira ação do MST no sentido de promover igualdade de gênero e incentivar a organização feminina ocorreu em seu ano de fundação, no I Congresso Nacional do Movimento Sem Terra, realizado em 1985. Neste congresso “foram aprovadas normas gerais e a organização de comissões de mulheres para discutir problemas específicos; estimular a participação das mulheres em todos os níveis de atuação, instâncias de poder e representatividade; combater toda forma de discriminação das mulheres; e lutar contra o machismo” (PESSOA; DAL RI, 2017, p.590).

No ano seguinte aconteceu o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres, que deu origem à Comissão Nacional de Mulheres, a qual seria a primeira experiência institucional de organização feminina no interior do Movimento. Vale ressaltar que, de acordo com Santos (2019), as mulheres presentes no I Congresso e que articularam o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres já tinham um acúmulo político e experiência militante em outras organizações camponesas, tais como a CEBs, a CPT, e outros movimentos. Assim, foi uma iniciativa das mulheres a discussão sobre a participação feminina e seus direitos no Movimento (FURLIN, 2013).

A comissão nacional de Mulheres teve como objetivo incentivar e promover a participação política feminina no interior do Movimento, participando dos cursos de formação e compartilhando informações sobre o MST e a CUT (SANTOS, 2019). Deere (2004) destaca que Comissão pressionou a criação de grupos de mulheres nos acampamentos e assentamentos, bem como a organização de comissões estaduais de mulheres, que deveriam receber apoio do Movimento. No ano de 1986 ocorreu também o Primeiro Encontro Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora Rural, que segundo a edição de novembro/dezembro do Jornal sem Terra, participaram do encontro 35 lideranças de 16 estados (MST, 1986)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O primeiro Caderno de Formação do MST, com título “Organização do Movimento” foi lançado em 1986 e traz orientações práticas para a organização interna do movimento, onde se lê que é preciso ter a participação de “companheiras mulheres trabalhadoras” em todos os níveis de organização: “ núcleos de base, nos grupos de ocupação, comissão municipal, comissão dos movimentos regionais, comissão estadual, e coordenação nacional” (MST, 1986a, p. 9 Apud SANTOS, DEL RI, 2017). No mesmo ano, o Caderno de Formação nº 10 traz resoluções que buscam garantir a igualdade entre homens e mulheres no interior do movimento. (MST, 1986b; SANTOS, DEL RI, 2017). Outros cadernos de formação e produção do MST no período também trataram da temática da participação feminina, incluindo um Caderno de Estudo intitulado “A mulher nas diferentes sociedades”, de 1988.

Embora entre 1985 e 1988 tenham ocorrido várias iniciativas para promover a participação feminina, e realizadas discussões em torno da temática da mulher pelos Cadernos e Formação e matérias no Jornal Sem Terra, em 1989 a Comissão Nacional de Mulheres deixou de existir. Em alguns casos as mulheres se mantiveram organizadas em coletivos locais ou regionais, fruto das mobilizações anteriores, mas essas ações não mais recebiam apoio da direção do Movimento.

Deere (2004) pontua que o principal motivo que levou à desarticulação da Comissão Nacional de Mulheres foi o discurso de que a organização de núcleos femininos dividiram o movimento e tiraram o foco do objetivo principal, que era a luta pela e a questão de classe. Diante disso as mulheres que quisessem discutir questões de gênero foram orientadas a procurarem movimentos autônomos e específicos de mulheres. Santos (2019) identifica que durante esse período ocorreu um “vazio organizativo” da mobilização de mulheres no MST. Segundo a autora, houve, ainda, um decréscimo de notícias no Jornal Sem Terra com as temáticas referentes às mulheres. Após isso, “As notícias finais desse período chamam atenção pelo fato de se voltarem para discutir sobre a baixa participação das mulheres nos processos de decisão do MST, e as dificuldades que as mulheres enfrentam para conseguir participar” (SANTOS, 2019, p.65)

Nos movimentos autônomos, a prática política das mulheres mostra uma participação ativa e protagonizada por mulheres na luta pelos direitos da mulher camponesa e das trabalhadoras rurais, ao mesmo tempo que no MST do final da década de 1980 e início de 1990, esse ativismo não é reconhecido.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

No ano de 1995 aconteceu o I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais, do qual participaram mulheres de diversas organizações rurais, inclusive do MST, e realizou-se a discussão sobre os direitos das mulheres trabalhadoras rurais, muitos dos quais já haviam sido conquistados pelas trabalhadoras urbanas. Na edição de novembro de 1995 do Jornal Sem Terra fica clara a influência do encontro, quando se apresenta a discussão de que é necessário realizar a combinação da luta pela terra e a construção de “novas relações de gênero” para efetivar um projeto de sociedade “democrática e popular” (JST, 1995) e reacendeu o debate sobre gênero e a atuação feminina no interior do MST.

A partir da reinserção dessa discussão no Movimento, em 1996 foi organizado o 1º Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST, que deu origem ao Coletivo Nacional de Mulheres do MST. Assim, o MST volta a ter uma organização oficial de mulheres, e retoma a responsabilidade com as questões de gênero (DEERE, 2004). Esse encontro resultou também na primeira cartilha de formação organizada pelo Coletivo, intitulada *A questão da mulher no MST*, na qual foi apresentado um plano de trabalho oriundo do encontro. A cartilha traz também uma reflexão sobre os Cadernos de Formação que abordaram a questão da mulher lançados até então, mostrando uma compreensão do processo de formação histórica da mulher no movimento.

Ficaram traçados também na Cartilha os objetivos do Coletivo, dentre eles:

1. Nossos objetivos estratégicos:
 - a) construir novos valores no cotidiano (família, militância, direções , postura pessoal);
 - b) tratar a questão de classe e gênero enquanto princípio;
 - c) massificar e qualificar a participação das mulheres;
 - d) dar organicidade à participação das mulheres;
2. Nossos objetivos específicos:
 - a) criar mecanismos para garantir a participação das mulheres em todos os níveis (creches e outras);
 - b) criar novas relações em que os resultados políticos, econômicos e sociais sejam distribuídos de forma igualitária entre homens e mulheres; (MST, 1996b, p. 7. Apud. PESSOA; DEL RI, 2017).

Essa fase é marcada pela recuperação e intensificação do debate de gênero no MST, do papel da mulher na luta pela terra e sua presença nas instâncias representativas. Essa intensificação e melhor compreensão do debate ampliou a discussão também para os homens do movimento e o Coletivo Nacional de Mulheres no MST deu lugar ao Coletivo Nacional de Gênero em 1999, composto tanto por mulheres quanto por homens (DEERE, 2004). Entendemos, nesse sentido, que a própria mudança

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de nome do coletivo, que deixa de ser “de mulheres” e passa a ser “de gênero”, indica uma compreensão mais profunda acerca do debate de gênero.

Em 1999, o Coletivo Nacional de Gênero lançou a cartilha *Mulher Sem Terra*, que traz uma reflexão sobre a realidade e incentiva que as mulheres busquem meios para uma participação igualitária. O grande avanço apresentado pela cartilha é a construção do termo “gênero” (PESSOA; DEL RI, 2017).

Gonçalves (2009) assinala que no IV Congresso Nacional do MST, ocorrido no ano de 2000, foi aprovada a criação do Setor Nacional de Gênero, que passaria a funcionar definitivamente a partir de 2003, com a dissolução do Coletivo Nacional de Gênero. Com isso, “gênero” passa a fazer parte da estrutura organizativa do Movimento, gerando a compreensão de que o debate de gênero não está descolado da luta de classes e da luta pela terra.

O Setor de Gênero tem como principal objetivo levar a discussão para o conjunto do MST, por meio de estudos e reflexões e divulgar cartilhas cujo conteúdo explore a importância de se estabelecer novas relações para se avançar na luta de classes. A criação do Setor de Gênero demonstra, principalmente, a intenção do Movimento em colocar em prática propostas para garantir a igualdade e, também, abrir espaços para que as mulheres possam efetivamente ter voz e poder de decisão. O Setor de Gênero não pretende que o Movimento priorize a luta pela igualdade de gênero em detrimento da luta de classes. Ao contrário, busca-se fortalecer a luta de classes, mas dando oportunidades de participação iguais para todos/as militantes do MST. (PESSOA; DEL RI, 2017)

De acordo com publicações do período, as mulheres do MST passam também a ter uma relação mais próxima com os movimentos feministas. “Esse diálogo com movimentos feministas faz com que, comece a aparecer nas publicações sobre as mulheres sem terra, a palavra “feminismo” e adoção da identidade coletiva “camponesa”, influenciada, por sua vez, pelo ingresso do MST na Via Campesina e adoção dessa linguagem política pelo Movimento” (SANTOS, 2019, p. 119)

A identidade da mulher camponesa, que foi entendida como fortemente ligada aos valores culturais que definem o sexo feminino (CARNEIRO, 1994), a partir das discussões e formações para a questão da mulher e violência sexista, deu lugar para uma transformação às relações no campo permeadas pelo conservadorismo, abrindo-se para novas possibilidades, concepções e conexões com movimentos de caráter feminista. Foi sob essas circunstâncias que as trabalhadoras rurais do MST- e

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

também de outros movimentos camponeses- se organizaram em torno do *feminismo camponês e popular*⁷, mais sensível às suas questões.

Considerações finais

As mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por estarem incluídas em um movimento misto, enfrentam a desigualdade nas relações de gênero em seu interior. A necessidade de uma organização de mulheres mostra que suas pautas não estavam sendo tratadas de forma satisfatória, o que também foi objetivo de luta e organização das mulheres nos Acampamentos e Assentamentos a nível local. Entendemos que a mobilização e participação nas discussões e atividades desenvolvidas pelas organizações de mulheres, bem como a participação em outros movimentos, a maior compreensão do termo “gênero” expandiu de forma quantitativa e qualitativa a participação das mulheres no MST a partir da segunda metade da década de 1990.

O início dos anos 2000 é marcado pela percepção do MST de que sua luta por uma sociedade mais justa não poderia continuar sem levar em conta as questões relativas à opressão de gênero: apenas o acesso à terra não garantiria a mudança social almejada. Portanto, quando criado o Setor Nacional de Gênero em 2003, o debate de gênero passa a fazer parte da estrutura organizativa e da construção orgânica do movimento.

O estudo dos Cadernos de Formação e Cartilhas, mostram uma compreensão histórica da luta das mulheres no interior do movimento bem como um debate avançado sobre as questões de gênero.

Esses debates, porém, não excluem o fato de que a organização feminina deixou de existir no por um certo período. A recorrência temática da importância da mobilização feminina e participação nas instâncias de representação do movimento também evidencia a necessidade da discussão de gênero continuar existindo através dos anos. Entendemos que essas lacunas mostram o processo lento de inserção dos debates de gênero na estrutura orgânica do movimento, como os Acampamentos e Assentamentos distribuídos pelo Brasil.

⁷Difundido entre os movimentos ligados à Via Campesina, organização internacionalista de movimentos sociais que visa integração e articulação entre diversos movimentos, ao qual o MST é vinculado. A Articulação do “feminismo camponês e popular” reforça a ideia de um movimento feminista amplo e que leva em consideração as demandas das mulheres camponesas e trabalhadoras, invisibilizada pelo feminismo urbano e das camadas médias. DOS SANTOS CALAÇA, Michela Katiuscia Alves; CONTE, Isaura Isabel; CINELLI, Catiane, 2018; PAULILO, 2016.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Como foi dito de início, este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa de mestrado. Posteriormente tentaremos compreender a evolução do debate de gênero em um Assentamento específico no nordeste mineiro. Com a realização de entrevistas amparadas pela metodologia da História Oral, pretendemos observar a construção de identidades femininas e consolidação de seu ativismo e papel como sujeitos a partir de sua experiência na luta pela terra e como militantes do MST.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 261-295, 2016.

AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de M. Apresentação. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (orgs). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo** Vol.1: Fatos e Mitos. 4º edição. São Paulo: Difusão Européia dos Livros. 1970

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero** : feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BORDALO, Caroline Araújo. **Os caminhos da política** : o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais de Pernambuco (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 329-376, 2006.

CALDAR, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra**: o movimento social como princípio educativo. *Estudos avançados*, v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001.

CARNEIRO, María José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 1994.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos** sociais na era da internet. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2017.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Editora Paz e Terra, 2018.

DEERE, C.D. Direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 175- 204, jan.-abr./2004.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

DOS SANTOS CALAÇA, Michela Katiuscia Alves; CONTE, Isaura Isabel; CINELLI, Catiane. Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 3, n. 4, p. 1156-1183, 2018; PAULILO, Maria Ignez Silveira. Que feminismo é esse que nasce na horta?. *Política & Sociedade*, v. 15, p. 296-316, 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. 13ª edição. São Paulo: Graal, 2007

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FURLIN, Neiva. A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S.de (Orgs.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 257-284.

GEERTZ, Clifford. O crescimento da cultura e a evolução da mente. In: GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989. P.41-61.

GONÇALVES, R. (Re)politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, p. 198-216, 2009.

HENN, Iara Aquino. Agroecologia e relações de gênero em projeto societário. In: NEVES, Delma Pessanha, SERVOLO, Leonilde Medeiros (Org) **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, p. 65-88, 2013.

JASPER, James M. **Protesto**: uma introdução aos movimentos sociais. Zahar, 2016;

MEDEIROS, Leonilde S. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** Lua Nova. São Paulo, 1989.

NEVES, Delma Pessanha. MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Mulheres camponesas e a reprodução de grupos domésticos (Apresentação). In: NEVES, Delma Pessanha, SERVOLO, Leonilde Medeiros (Org) **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, p. 65-88, 2013.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). (1986a). **Organização do Movimento**. Quem é quem na luta pela terra. Caderno de Formação. MST, s.1, (1).

_____. (1986b). **A luta continua**: como se organizam os assentados. Caderno de Formação, (10). São Paulo.

_____. (1988). **A mulher nas diferentes sociedades**. Caderno de Formação, (15). São Paulo, SP: Secretaria Nacional do MST.

_____. (1989). **Normas gerais do MST**. São Paulo, SP: MST.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

_____. (1996a). **Princípios da educação no MST**. Caderno da Educação, (8). Porto Alegre.

_____. (1996b). **A Questão da Mulher no MST**. São Paulo, SP: Coletivo Nacional de Mulheres do MST.

_____. (1999b). **Mulher Sem Terra**. Caderno de Formação, (2). São Paulo.

PESSÔA, Jeniffer Ribeiro; DAL RI, Neusa Maria. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a formação para a igualdade de gênero. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 2, n. 2, p. 581-606, 2017.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; FREITAS, Larissa Viegas de Mello. Mulheres Rurais em Luta no Final da ditadura In. WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (Org). **Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Editora Apris, 2019.

SANTOS, Iolanda Araujo Ferreira dos. **“Sem mulher a luta vai pela metade”**: mulheres, feminismo e política no MST. 2019. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria. Nesse sentido, também:

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

_____. História das mulheres. In. BURKE, Peter (Org) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

TOURAINE, Alain. **O mundo das mulheres**. Rio de Janeiro: Vozes. 2007